



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros. Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Capemisa Capitalização S/A relativas ao exercício social de 2024, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e os relatórios dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Capitalização é uma Sociedade Anônima fechada, com 13 anos dedicados ao mercado de Capitalização. Em 2024, a empresa manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros, e que gerassem valor para a Sociedade. A empresa apresentou lucro líquido de R\$ 13,63 milhões, e retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE), acumulado, de 17,01%.

2. Desempenho das Operações de Capitalização

A implantação do marco regulatório estabeleceu novas modalidades de títulos de capitalização – Filantropia Premiável, modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligados a Entidades Beneficentes; e Instrumento de Garantia, modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor – as quais se juntaram às modalidades já instituídas: Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada. Para se adequar à nova regulamentação, a Capemisa Capitalização realizou investimentos em capital humano, tecnológico e na mudança e modernização de processos.

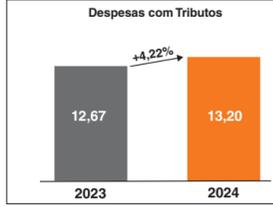
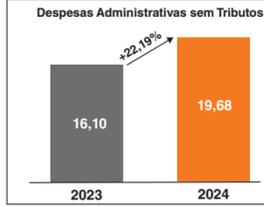
A Sociedade iniciou a oferta de novos produtos aos seus clientes, sempre em estrita observância aos comandos da Circular SUSEP nº 656/2022 e suas alterações, a qual descreve as regras de elaboração, operação e comercialização dos títulos de capitalização.

Contribuição com Títulos de Capitalização

A Sociedade continua figurando como um dos principais players do mercado de Filantropia Premiável, e incrementou significativamente a sua participação no mercado de Incentivo. A Capemisa Capitalização apresentou crescimento de 4,72% em sua arrecadação, frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento de 3,15% na arrecadação da modalidade Filantropia, e de 42,81% na modalidade Incentivo.

Despesas Administrativas

O total das despesas administrativas teve incremento de 14,28%, enquanto os tributos tiveram variação de +4,22%. Já as despesas sem tributos cresceram 22,19%. Tal elevação nas despesas foi impulsionada pelos investimentos realizados em pessoal próprio e em inovações tecnológicas, com o objetivo de dar escalabilidade aos processos operacionais e otimizar o atendimento aos clientes.

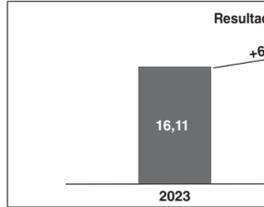


Resultado Financeiro

Em função das características da sua atividade, a alocação de recursos da Sociedade é predominantemente de curto prazo e atrelada à SELIC, o que faz com que as movimentações nas taxas de juros afetem decisivamente a rentabilidade da sua carteira de investimentos. Por esta razão, a empresa alocou 34% da carteira em títulos privados bancários de baixo risco e fundos de investimentos, atingindo a rentabilidade de 105,22% do CDI.

A rentabilidade do ano foi impactada pela taxa SELIC ter sido menor que o ano anterior, 10,83% frente 13,04% do exercício passado, resultando na atenuação das receitas com aplicações financeiras.

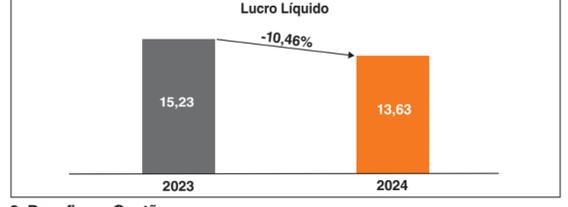
As despesas com provisões técnicas tiveram contração frente o exercício de 2023 justificada principalmente pela variação da taxa TR, que foi de 0,75% em 2024, frente 1,68% em 2023. Devido a isso, o resultado financeiro teve um crescimento de 6,25% nesse exercício.



Lucro Líquido

Em função do grau de especialização da Capemisa Capitalização nas modalidades Filantropia Premiável e Incentivo, a Sociedade captou novos clientes e parceiros, possibilitando a obtenção de resultados consistentes ao longo dos últimos anos.

O exercício foi marcado pelo aumento, das contribuições com títulos de Capitalização (vendas) e do resultado financeiro. As despesas administrativas aumentaram em 14,28% (com a inclusão das despesas com tributos). Desta forma, em 2024, a Capemisa Capitalização apresentou uma leve retração do Lucro Líquido de 10,46%, em comparação ao exercício anterior, obtendo um ROAE (return on average equity) de 17,01%.



3. Desafios e Gestão

O principal desafio da Sociedade para o segmento de capitalização é a ampliação da sua participação de mercado, atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente, nas modalidades Filantropia Premiável e Incentivo.

4. Governança Corporativa

A Capemisa Capitalização vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A segurança da informação, a revisão das diretrizes corporativas, o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e dos controles internos, bem como das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, tem permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Sociedade.

6. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê, de acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo aos acionistas de 30% do lucro líquido apurado, no valor de R\$ 4,05 milhões. Assim, em 2024, foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 4,96 milhões, a título de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 744 mil de imposto de renda retido na fonte, representou o montante líquido de R\$ 4,22 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2024	2023	PASSIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE		252.415	226.166	CIRCULANTE		189.217	177.900
Disponível		6.139	3.842	Contas a pagar		17.333	11.963
Caixa e bancos		6.139	3.842	Obrigações a pagar	10	6.024	3.556
Aplicações	4	190.336	153.937	Impostos e encargos sociais a recolher	11	4.400	4.951
Créditos das operações de capitalização	5	53.329	67.588	Encargos trabalhistas	12	819	544
Créditos das operações de capitalização		53.329	67.588	Impostos e contribuições	13	6.090	2.912
Outros créditos operacionais	6	2.259	306	Débitos de operações com capitalização	14	17.424	12.172
Títulos e créditos a receber		177	353	Débitos operacionais		17.424	12.172
Títulos e créditos a receber	7.1	65	18	Depósitos de terceiros	15	3.879	101
Créditos tributários e previdenciários	7.2	21	295	Provisões técnicas - capitalização	16	150.581	153.664
Outros créditos	7.1	91	40	Provisão para resgates		113.836	122.112
Despesas antecipadas		175	140	Provisão para sorteio		32.665	25.518
ATIVO NÃO CIRCULANTE		22.408	28.727	Provisão administrativa		-	2.126
Realizável a longo prazo		21.920	27.854	Provisão para complementação de sorteios		2.890	3.908
Aplicações	4	9.644	21.105	Provisão para receitas diferidas		1.190	-
Títulos e créditos a receber		12.276	6.749	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.284	970
Títulos e créditos a receber	7.1	21	17	Outros débitos	17	1.284	970
Créditos tributários e previdenciários	7.2	12.216	6.719	Provisões judiciais		1.284	970
Depósitos judiciais e fiscais	7.1	39	13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	84.322	76.023
Imobilizado	8	11	21	Capital social	18.1	36.759	36.759
Bens móveis		11	21	Reservas de lucros	18.2	48.533	39.269
Intangível	9	477	852	Ajuste de avaliação patrimonial	18.4	(970)	(5)
Outros intangíveis		477	852	TOTAL DO PASSIVO		274.823	254.893
TOTAL DO ATIVO		274.823	254.893				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Resultado líquido do exercício		13.634	15.228
Outros resultados abrangentes (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	4.1	(1.609)	18
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		644	(8)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		(965)	10
Resultado abrangente total		12.669	15.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.759	2.074	26.275	(15)	-	65.093
Títulos e valores mobiliários	18.4	-	-	-	10	-	10
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	15.228	15.228
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	18.2	-	761	-	-	(761)	-
Reserva estatutária	18.2	-	-	10.159	-	(10.159)	-
Juros sobre o capital próprio	18.3	-	-	-	-	(4.308)	(4.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		36.759	2.835	36.434	(5)	-	76.023
Ajustes na aplicação inicial da circular SUSEP nº 678/2022 - líquido de impostos	2.4	-	-	-	-	591	591
Saldos em 1º de janeiro de 2024		36.759	2.835	36.434	(5)	591	76.614
Títulos e valores mobiliários	18.4	-	-	-	(965)	-	(965)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	13.634	13.634
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	18.2	-	711	-	-	(711)	-
Reserva estatutária	18.2	-	-	8.553	-	(8.553)	-
Juros sobre o capital próprio	18.3	-	-	-	-	(4.961)	(4.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		36.759	3.546	44.987	(970)	-	84.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Capemisa Capitalização S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades. A Sociedade é controlada direta da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, que detém 99,5653749% das suas ações ordinárias. Abaixo demonstramos a composição acionária na posição de 31 de dezembro de 2024.



A Sociedade está atuando nas modalidades Incentivo e Filantropia Premiável. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo subscritor. O subscritor neste caso é a empresa promotora do evento que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto ou serviço utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia Premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios. **1.1. Segmentação:** A Resolução CNSP nº 388/2020, e suas alterações, estabelece a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores

locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. As supervisionadas são classificadas em quatro segmentos (S1, S2, S3 e S4), com base em critérios como prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em outubro de 2024 a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) divulgou o enquadramento definitivo para fins de segmentação, mantendo a Sociedade no Segmento 3 (S3). A Administração da Sociedade optou pela dispensa do Comitê de Auditoria. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação e divulgação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariam a Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. A Administração da Sociedade declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes e as; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. **2.4. Mudanças nas políticas contábeis:** A Circular SUSEP nº 678/2022 passou a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2023 para o artigo 2º e os demais artigos entraram em vigor em 2 de janeiro de 2024. A seguir apresentamos os efeitos sobre os itens do balanço patrimonial:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2024	2023
(+) Receita com títulos de capitalização		1.270.927	1.213.622
(+) Contribuição com títulos de capitalização		1.271.095	1.213.807
(+) Contribuição - quotas de capitalização e sorteio		996.913	950.843
(+) Contribuição - quotas de carregamento		274.182	262.964
(+/-) Variação da provisão para receita diferida	3.6.6	(168)	(185)
(+/-) Variação das provisões de resgates		(571.500)	(538.314)
(+/-) Variação da provisão de sorteios		(425.149)	(412.760)
Custos de aquisição	20.a	(227.586)	(216.313)
Outras receitas e despesas operacionais	20.b	(10.525)	(10.748)
Outras receitas operacionais		546	687
Outras despesas operacionais		(11.071)	(11.435)
Despesas administrativas		(19.673)	(16.101)
Pessoal próprio	20.c	(13.169)	(10.549)
Serviços de terceiros	20.d	(4.195)	(3.450)
Localização e funcionamento	20.e	(1.161)	(1.018)
Publicidade e propaganda		(270)	(70)
Publicações		(69)	(67)
Doativos e contribuições		(771)	(853)
Despesas administrativas diversas		(38)	(94)
Despesas com tributos	20.f	(13.203)	(12.669)
Resultado financeiro	20.g	17.117	16.111
Receitas financeiras		20.409	19.721
Despesas financeiras		(3.292)	(3.610)
Resultado operacional		20.408	22.828
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20.h	(150)	313
Resultado antes dos impostos e participações		20.258	23.141
Imposto de renda	21	(3.969)	(4.714)
Contribuição social	21	(2.280)	(2.726)
Participações sobre o lucro		(375)	(473)
Resultado líquido do exercício		13.634	15.228
(/) Quantidade de ações		27610.000	27610.000
Resultado líquido do exercício por ação (em reais)		0,49	0,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	13.634	15.228
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	381	380
Constituição da redução ao valor recuperável dos ativos	7.467	6.243
Perda na alienação de imobilizado e intangível	4	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(26.547)	(31.941)
Créditos das operações de capitalização	6.919	(33.854)
Créditos fiscais e previdenciários	268	(170)
Ativo fiscal diferido	(4.853)	(4.497)
Depósitos judiciais e fiscais	(26)	(8)
Despesas antecipadas	(35)	(14)
Outros ativos	(2.217)	5.979
Impostos e contribuições	11.487	12.482
Contas a pagar	(485)	1.301
Débitos de operações com capitalização	5.252	8.145
Depósitos de terceiros	3.778	31
Provisões técnicas - capitalização	(1.978)	43.023
Provisões judiciais	314	93
Caixa gerado pelas operações	13.363	22.421
Imposto sobre o lucro pagos	(8.782)	(11.300)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.581	11.121
Atividades de investimento		

continuação



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

ceiros resultantes da adoção deste normativo em 1º de janeiro de 2024 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido. **b. Provisão de Receitas Diferidas (PRD) e Provisão de Despesas Administrativas (PDA)** – A PDA foi substituída pela PRD, a qual passou a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo constante na PDA, na data-base 31/12/2023, e a constituição do saldo da PRD na data-base 01/01/2024, foram revertidos e constituídos, respectivamente, em contrapartida a conta de lucros acumulados no patrimônio líquido. Conforme premissa apresentada no artigo 4º da Circular SUSEP nº 678/2022, a Sociedade aplicou prospectivamente as mudanças relativas às políticas contábeis sem a comparação com os saldos de início do exercício anterior. Os valores da PDA no montante de R\$ 185 que se referem a data-base 31/12/2023 está demonstrada na demonstração do resultado na rubrica "provisão para receita diferida". **2.5. Conclusão das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2025. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício contábil. As seguintes rubricas e fatores levam em consideração os comentários anteriores: • Estimativa do valor justo (nota explicativa nº 2.7) • Gestão de riscos (nota explicativa nº 2.8) • Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 3.1 e 4) • Redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 3.2) • Provisões técnicas (nota explicativa nº 3.6 e 16) • Passivos contingentes e outros débitos (provisões cíveis e trabalhistas) (nota explicativa nº 3.7 e 17). **2.7. Estimativa do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registradas pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação: • **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados atuantes para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). **2.8. Gestão de riscos:** A Sociedade possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto à Diretoria de Governança Corporativa, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade, observando os termos da legislação vigente (Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021). A estrutura é liderada pela Gerência de Riscos e Conformidade e o processo de gerenciamento de riscos é composto pelas três linhas, que contempla a atuação integrada entre as unidades operacionais, as áreas que exercem função de controle, a Gerência de Riscos e Conformidade e Auditoria Interna, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos da Sociedade. Este processo permeia

diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha. A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona. A Gestão de Riscos da Sociedade utiliza a arquitetura elaborada pelo COSO e pela ISO 31.000, e os componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração, tratamento dos riscos e monitoramento, permeando os principais processos, sendo estes mensurados de forma qualitativa e/ou quantitativa. O ciclo de gestão de riscos é composto pelas seguintes etapas: I. Identificação e avaliação de riscos; II. Geração da matriz de riscos originais; III. Avaliação dos controles; IV. Geração da matriz de riscos residuais; V. Tratamento dos riscos; VI. Reporte e Monitoramento. Visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Sociedade utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. O Apetite por Risco é expresso por meio de parâmetros quantitativos e indicadores qualitativos que medem a exposição ou perfil de risco por categoria, sendo divulgado para toda Sociedade, a fim de que cada operação seja realizada de acordo com os limites estabelecidos e aceitos, sendo monitorado mensalmente, permitindo assim a adoção tempestiva das medidas cabíveis em caso de discrepância do valor mensurado. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os Riscos Financeiros, classificados como: Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Liquidez, e ainda, os Riscos de Subscrição e Operacional. **Processo de gestão dos riscos financeiros:** A Gestão de Riscos dos instrumentos financeiros é conduzida pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, Liquidez e ALM, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. A Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das políticas, em especial a Política de Investimentos e ALM - Gestão de Ativos e Passivos. **Risco de mercado:** Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço. A identificação e o controle dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, utilizando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP. Visto o perfil de negócio da Sociedade, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. No entanto, a Sociedade possui políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	2024	2023
Pós Fixados (SELIC/CDI)	77,84%	97,89%
Pré Fixados	22,16%	2,11%

Derivativos: A Sociedade não apresentou posicionamento direto em derivativos no ano de 2024. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram na função de *Hedge* de carteira. A Sociedade realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.993

de 2022 e Resolução CNSP nº 432 de 2021, e suas alterações). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de *Hedge* das carteiras, estabelecem que não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido. **Risco de crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores estão alocados em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos. Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas. O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

2024				
Rating	Debêntures	LF	CDB	TOTAL
AAA	–	11.986	1.074	13.060
AA+	–	3.528	1.076	4.604
AA	–	–	–	–
AA-	–	3.109	1.050	4.159
A	–	5.303	–	5.303
A-	–	–	–	–
TOTAL	–	23.926	3.200	27.126

2023				
Rating	Debêntures	LF	CDB	TOTAL
AAA	–	17.250	3.171	20.421
AA+	128	2.302	–	2.430
AA	–	1.162	–	1.162
AA-	–	–	–	–
A	–	–	–	–
A-	–	4.739	2.461	7.200
TOTAL	128	25.453	5.632	31.213

Risco de liquidez: Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos financeiros para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. O processo de gestão do risco de liquidez é monitorado pela Gerência Financeira através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Risco de Liquidez, que estabelece as regras e diretrizes para manter o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo e o equilíbrio do negócio, evitando a absorção de riscos indesejáveis. Como forma de mitigar esse risco, a Sociedade mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Sociedade. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Sociedade. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

2024							2023								
Sem Vencimento	Vencidos			A Vencer			TOTAL	Sem Vencimento	Vencidos			A Vencer			TOTAL
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos			Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos				
Caixa e Bancos	6.139	–	–	–	–	–	6.139	3.842	–	–	–	–	–	–	3.842
Aplicações	31.300	–	–	159.036	9.644	–	199.980	30.591	–	–	27.428	90.707	26.316	175.024	
Créditos das Operações de capitalização	–	29.540	339	26.242	–	–	56.121	–	36.876	97	33.565	–	–	70.538	
Outros créditos operacionais	–	1.831	1.044	5.709	4.991	–	13.575	–	3.422	–	416	270	–	4.108	
Títulos e Créditos a Receber	89	–	–	12.029	20	515	12.653	62	–	–	6.675	21	393	7.151	
TOTAL ATIVOS	37.528	31.371	1.383	203.016	14.655	515	288.468	34.495	40.298	97	68.084	90.998	26.709	260.681	
Contas a pagar	–	–	–	17.333	–	–	17.333	–	–	–	11.963	–	–	11.963	
Débitos de operações com capitalização	–	–	–	17.424	–	–	17.424	–	2.403	–	9.769	–	–	12.172	
Depósitos de terceiros	3.879	–	–	–	–	–	3.879	101	–	–	–	–	–	101	
Provisões Técnicas - Capitalização	1.190	23.640	6.174	119.577	–	–	150.581	2.127	17.020	4.291	130.226	–	–	153.664	
Outros Débitos	1.284	–	–	–	–	–	1.284	970	–	–	–	–	–	970	
TOTAL PASSIVOS	6.353	23.640	6.174	154.334	–	–	190.501	3.198	19.423	4.291	151.958	–	–	178.870	

Gestão dos riscos operacionais Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Sociedade, onde todos os processos fazem parte do escopo da avaliação de riscos realizada pela 1ª linha e são analisados com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos dos processos. Para os riscos de não conformidade com as leis e/ou regulamentos, a Gerência de Riscos e Conformidade realiza o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, o monitoramento e testes de aderência às normas externas e internas com base nos processos organizacionais. A Sociedade atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação. **Gestão dos riscos de subscrição** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Nos produtos de capitalização, o risco de subscrição inclui, entre outros, a possibilidade de perdas associadas ao pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries abertas que não foram vendidas integralmente, risco de cancelamento, que implica na devolução dos valores pagos pelos subscritores devido aos problemas na comercialização dos títulos, risco das despesas administrativas superarem a esperada inicialmente, risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados e, por fim, o risco de garantir as rentabilidades pré-definidas nos planos de capitalização. Estes riscos são monitorados pela Sociedade através de políticas de precificação, mapeamento dos títulos, da distribuição de números da sorte, adequação das provisões técnicas e acompanhamento dos resultados de cada série emitida. A distribuição regional da arrecadação dos títulos de capitalização está demonstrada no quadro a seguir:

	2024	2023
Sudeste	772.267	594.201
Centro-Oeste	363.603	543.833
Sul	92.205	6.487
Norte	36.361	37.212
Nordeste	6.659	32.074
TOTAL	1.271.095	1.213.807

3. Políticas contábeis materiais: As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.1.1. Ativo Financeiro: Reconhecimento e mensuração inicial:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo e, subsequentemente, é mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Sociedade para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Sociedade para gerenciar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. A Sociedade avalia que apenas com exceção do contas a receber de clientes, que não contenham um componente financeiro significativo ou para os quais a Sociedade tenha aplicado a abordagem do expediente prático, inicialmente se mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido dos custos da transação. Em geral, todos os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Mensuração subsequente:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Sociedade classificados como de custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e outros ativos circulantes e não circulantes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Para os instrumentos financeiros ao VJORA, a receita de juros e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expira-

ram, a Sociedade transferiu o seu direito ou risco de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Sociedade transferir seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Sociedade não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. **3.2. Redução ao valor recuperável (Impairment):** O CPC 48 requer que a cada data de balanço a entidade avalie se o risco de crédito de ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. A Sociedade considera que os dias de atraso no recebimento é um aumento significativo do risco de crédito, e esta avaliação para os créditos a receber é realizada de forma individualizada para cada devedor. A aplicação da metodologia do estudo de redução ao valor recuperável dos créditos a receber ocorre através da aplicação de percentuais de inadimplência considerando a classificação de risco (*rating*) da(s) parcela(s) vencida(s) há mais tempo do devedor. O percentual aplicável inclui sobre o saldo devedor total, incluindo parcelas vencidas e vincendas, bem como, e encargos, se houver. Para os créditos das operações de capitalização e outros créditos operacionais, a Sociedade inclui fatores de agravos aumentando os percentuais de inadimplência aplicáveis sobre o saldo devedor total. A metodologia do estudo é revisada semestralmente. Para fins de contabilização, a redução ao valor recuperável é reconhecida mensalmente, mediante a aplicação dos procedimentos previstos no estudo técnico. **3.3. Imobilizado:** Compreendem equipamentos utilizados na condução dos negócios da Sociedade. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8. **3.4. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente considerando o prazo de vida útil estimada. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9. As despesas de desenvolvimento de *software* são reconhecidas como ativo e incluem os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é iniciada a partir do momento em que o *software* desenvolvido estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela Administração. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (no exercício). A contribuição social corrente é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, se aplicável, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas: 3.6.1. Provisão matemática para capitalização:** A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial. **3.6.2. Provisão para resgates:** Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. **3.6.2.1. Resgate de títulos vencidos:** Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído. **3.6.2.2. Resgate antecipado de títulos:** Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador. **3.6.3. Provisão para sorteios a realizar:** A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. **3.6.4. Provisão para sorteios a pagar:** A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. **3.6.5. Provisão complementar de sorteios:** A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os crité-

rios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea. **3.6.6. Provisão de receitas diferidas:** A provisão de receitas diferidas deverá ser constituída para o diferimento do carregamento (receita) dos títulos emitidos, segundo critérios e premissas estabelecidos em estudo técnico elaborado pela Sociedade. A Provisão de receitas diferidas substituiu a provisão de despesas administrativas que foi revertida em 1º de janeiro de 2024. **3.6.7. Provisão de despesas administrativas:** A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*. A Provisão de receitas diferidas substitui a provisão de despesas administrativa que foi integralmente revertida em 1º de janeiro de 2024. **3.6.8. Prescrição de títulos:** A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. **3.6.9. Reconhecimento dos efeitos inflacionários** Durante o exercício, as provisões técnicas das Modalidades Incentivo e Filantropia Premiável foram atualizadas com base na TR com taxa de juros de 0,16% ao mês. **3.7. Ativos e passivos contingentes: Ativos contingentes:** reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica; **Passivos contingentes:** Corresponde às provisões realizadas para as ações de natureza cível, relacionadas a pagamentos de sorteios, resgates dos títulos e indenizações por danos morais, que são registradas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais. A classificação do risco de perda das demandas judiciais é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento atual de cada tribunal em que tramitam, suas complexidades, a similaridade com processos anteriores, jurisprudências atuais, bem como o posicionamento atual dos tribunais superiores sobre cada tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e decisões destes Tribunais. São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido. **3.8. Depósito de terceiros:** Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Sociedade, cujos títulos de capitalização encontram-se em processo de emissão ou identificação. **3.9. Segregação entre circulante e não circulante:** A Sociedade efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais. **3.10. Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. Com a edição da Circular Susep nº 678/22, com vigência a partir 1º de janeiro de 2024, a escrituração contábil das operações de capitalização passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser: I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminadas em estudo técnico, para a quota de carregamento. A Provisão de Receita Diferida (PRD) representa as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita em estudo técnico. **3.11. Aplicações dos Normativos SUSEP: • Circular SUSEP nº 666/2022** – A norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração de estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que possam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados. A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciaram em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento S2 e em 30 de abril de 2023 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciaram em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerraram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. As datas destas postas corresponderão à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade em os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior. O relatório de sustentabilidade, a supervisão deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação iniciou em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e iniciará em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4. O processo de adequação da Sociedade foi iniciado em 2022, sob a condução da Diretoria de Governança Corporativa. A Política de Sustentabilidade da Sociedade foi aprovada em 2023, e a Matriz de Materialidade foi disponibilizada em nosso sítio eletrônico em abril de 2024, conforme Circular SUSEP nº 666/2022. No momento, estão sendo desenvolvidas ações que irão compor o relatório de sustentabilidade, além do acompanhamento das demais exigências regulatórias, que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

continua



JORNAL DIÁRIO
COMERCIAL
LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>





CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

4. Aplicações: 4.1. Composição das aplicações financeiras Em 2024:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado			31.300	31.300	15,65%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	31.300	31.300	15,65%
II- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a)			132.168	132.168	66,09%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	96.276	96.276	48,14%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	12,36% à 15,75% a.a	35.892	35.892	17,95%
III- Custo amortizado (b)			36.512	36.512	18,26%
Letra Financeira - CDI	1	108,5% CDI a CDI+1,75%	17.650	17.650	8,83%
DPGE (Depósito à prazo c/ Garantia Especial) - CDI	1	CDI +1,15% à CDI +1,4%	9.385	9.385	4,69%
Letra Financeira - PRE	1	12,09% até 15,1%	6.277	6.277	3,14%
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - PRÉ	1	10,78% até 10,93%	2.150	2.150	1,08%
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	1	107% CDI	1.050	1.050	0,53%
			199.980	199.980	100,00%

(a) O saldo na curva é de R\$ 133.784 em 2024 (R\$ 105.013 em 2023).
(b) Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

5. Créditos das operações de capitalização: 5.1 A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	70.538	40.362
Emissões	1.271.095	1.213.807
Recebimentos	(1.285.512)	(1.183.631)
Saldo final	56.121	70.538

5.2 A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer entre 1 e 30 dias	26.242	33.565
Vencidos entre 1 e 30 dias	18.827	34.022
Vencidos entre 31 e 60 dias	5.441	19
Vencidos entre 61 e 120 dias	5.239	223
Superior a 121 dias	372	2.709
	56.121	70.538
Redução ao valor recuperável ^(a)	(2.792)	(2.950)
	53.329	67.588

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2

6. Outros créditos operacionais

Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Data original da Confissão de Dívida	Forma de Pagamento	Quantidade de parcelas	Valor Total	Saldo em 2024	RVR (%)	Saldo em 2024	Saldo em 2023
10/10/2022	Mensal	22	3.732	1.128	(1.128)	-	-
10/10/2022	Mensal	22	5.429	3.923	(3.923)	-	-
25/07/2022	Mensal	18	484	481	(481)	-	-
11/04/2023	Mensal	37	465	105	(105)	-	306
19/03/2024	Mensal	14	3.417	1.118	(369)	749	-
23/04/2024	Mensal	14	1.322	241	-	241	-
29/04/2024	Mensal	36	5.638	5.303	(5.303)	-	-
15/08/2024	Mensal	17	2.012	1.276	(7)	1.269	-
				13.575	(11.316)	2.259	306
	Circulante			8.583	(6.324)	2.259	306
	Não circulante			4.992	(4.992)	-	-
				13.575	(11.316)	2.259	306

(*) RVR - Redução ao Valor Recuperável constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.

7. Títulos e créditos a receber: 7.1. Depósitos judiciais e fiscais e outros créditos (circulante e não circulante)

	2024	2023
Outros créditos a receber	236	41
Adiantamentos administrativos	82	8
Depósitos judiciais	39	13
Adiantamentos a funcionários	9	32
Redução ao Valor Recuperável	(150)	(6)
	216	88

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	Saldo em 2023	Novos Depósitos	Baixas por Perda / Êxito	Atualizações	Saldo em 2024
Trabalhistas	13	39	(15)	2	39
Total	13	39	(15)	2	39

7.2. Créditos tributários e previdenciários

	2024	2023
Circulante:		
Imposto de renda a compensar	21	181
Contribuição social a compensar	-	108
Outros créditos tributários previdenciários	6	6
Redução ao valor recuperável	(6)	-
Total do circulante	21	295
Não Circulante:		
Imposto de renda diferido	7.521	4.072
Contribuição social diferido	4.695	2.647
Outros créditos tributários e previdenciários	43	43
Redução ao valor recuperável	(43)	(43)
Total do não circulante	12.216	6.719

7.2.1. Composição dos créditos tributários

	2024	2023
Imposto de renda		
Diferenças temporárias	7.117	4.070
Ajustes de títulos de valores mobiliários a valor de mercado	404	2
Contribuição social		
Diferenças temporárias	4.452	2.646
Ajustes de títulos de valores mobiliários a valor de mercado	243	1
	12.216	6.719

7.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2023	Constituição	Reversões/Reversões em 2024	Saldo em 2024
Imposto de renda / Contribuição social				
Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	6.757	7.324	(6)	14.075
Provisão de despesas operacionais	8.009	58.752	(54.463)	12.298
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	970	325	(11)	1.284
Participações nos lucros (a)	500	500	(500)	500
Outras diferenças temporárias (b)	1.905	1.982	(1.862)	2.025
Total das diferenças temporárias	18.141	68.883	(56.842)	30.182
Alíquota aplicada IRPJ - 25%	4.070	16.792	(13.745)	7.117
Alíquota aplicada CSLL - 15%	2.646	10.257	(8.451)	4.452

	Saldo em 2022	Constituição	Reversões/Reversões em 2023	Saldo em 2023
Imposto de renda / Contribuição social				
Provisão de despesas operacionais	3.243	25.959	(21.193)	8.009
Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	449	6.308	-	6.757
Participações nos lucros (a)	320	500	(320)	500
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	877	116	(23)	970
Outras diferenças temporárias (b)	1.888	1.862	(1.845)	1.905
Total das diferenças temporárias	6.777	34.745	(23.381)	18.141
Alíquota aplicada IRPJ - 25%	1.249	8.221	(5.400)	4.070
Alíquota aplicada CSLL - 15%	969	5.136	(3.459)	2.646

(a) Não aplicável para CSLL; (b) Deste montante o valor de R\$ 1.715 (R\$ 1.862 em 2023) não é aplicável para IRPJ.

7.4. Projeção para realização dos créditos tributários

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 2024		IR Diferido	%	Projetado - 2025		IR Diferido	%
	Créditos Tributários	CSLL Diferida			Créditos Tributários	CSLL Diferida		
2025	27.182	6.795	95,48%	28.397	4.260	95,69%		
2026	-	-	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-	-	-
2028	-	-	-	-	-	-	-	-
2029	-	-	-	-	-	-	-	-
2030-2032	1.068	267	3,74%	1.068	160	3,59%		
2033-2034	217	55	0,77%	217	32	0,72%		
	28.467	7.117	100%	29.682	4.452	100%		

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 2024:	A vencer				Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	2.167	77.499	16.610	96.276
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	35.892	-	35.892
Fundo de Investimento de Renda Fixa	31.300	-	-	-	31.300
Letra Financeira - CDI	-	14.283	3.367	-	17.650
DPGE (Depósito à prazo c/ Garantia Especial) - CDI	-	9.385	-	-	9.385
Letra Financeira - PRE	-	-	6.277	-	6.277
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - PRÉ	-	2.150	-	-	2.150
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	-	1.050	-	-	1.050
	31.300	27.428	123.035	16.610	199.980

Em 2023:

	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	8.960	69.602	26.316	104.878
Fundo de Investimento de Renda Fixa	30.591	-	-	-	30.591
Letra Financeira - CDI	-	10.241	12.745	-	22.986
DPGE (Depósito à prazo c/ Garantia Especial) - CDI	-	-	8.360	-	8.360
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	-	4.401	-	-	4.401
Letra Financeira - PRE	-	2.467	-	-	2.467
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - PRÉ	-	1.231	-	-	1.231
Debenture CDI	-	128	-	-	128
	30.591	27.428	90.707	26.316	175.042

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de ORA	Custo amortizado	Total
Saldos em 2022	41.537	85.255	16.291	143.083
Aplicação	320.491	148.812	36.308	505.611
Resgate	(336.840)	(138.007)	(17.117)	(491.964)
Rendimentos	5.403	8.928	3.963	18.294
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	18	-	18
Saldos em 2023	30.591	105.006	39.445	175.042
Aplicação	233.090	272.928	11.000	477.018
Resgate	(235.579)	(209.059)	(18.575)	(463.213)
Rendimentos	3.198	9.902	4.642	17.742
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(1.609)	-	(1.609)
	31.300	132.168	36.512	199.980

Período	Créditos Tributários		IR Diferido	%	Créditos Tributários		CSLL Diferida	%
	2024	2023			2024	2023		
2024	15.309	-	3.827	94,03%	16.671	2.500	94,48%	
2025	-	-	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-	-	-
2028	-	-	-	-	-	-	-	-
2029-2031	-	-	-	-	-	-	-	-
2032-2033	970	243	5,97%	970	146	5,52%		
	16.279	4.070	100%	17.641	2.646	100%		

8. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 2023		Adições	Baixa	Saldo em 2024	
		Depreciação acumulada	Depreciação acumulada			Depreciação acumulada	Depreciação acumulada
Equipamentos	10% a.a.	32	-	-	(10)	22	
		32	-	-	(10)	22	
		(11)	(5)	5	(11)		
		21	(5)	(5)	11		

9. Intangível

Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2023		Adições	Saldo em 2024	
		Depreciação acumulada	Depreciação acumulada		Depreciação acumulada	Depreciação acumulada
Sistema de computação em uso	20% a.a.	1.878	-	-	1.878	
Software	20% a.a.	1	-	-	1	
		1.879	-	-	1.879	
		(1.027)	(375)	(1.402)		
		(1.027)	(375)	(1.402)		
		852	(375)	477		

16. Provisões técnicas - capitalização. Abaixo apresentamos as movimentações das provisões técnicas:

	PMC	PDA	PR	PSP	PSR
--	-----	-----	----	-----	-----

2024		2023		2024		2023	
20. Detalhamento das contas de resultado							
a - Custos de aquisição							
Distribuição de título de capitalização		(227.586)		(216.313)			
Publicidade de vendas		(164.287)		(162.172)			
Impressos e materiais de vendas		(28.519)		(21.475)			
Outros custos de aquisição		(20.034)		(19.270)			
		(14.746)		(13.396)			
		(10.525)		(10.748)			
b - Outras receitas e despesas operacionais							
Outras receitas operacionais		546		687			
Prescrição de títulos de capitalização		285		683			
Outras receitas com títulos de capitalização		261		4			
Outras despesas operacionais		(11.071)		(11.435)			
Consultorias e intermediações com títulos de capitalização		(3.552)		(5.110)			
Constituição de redução ao valor recuperável		(7.322)		(6.305)			
Outras despesas com títulos de capitalização		(197)		(20)			
c - Despesas com pessoal próprio							
Administração e empregados		(8.315)		(6.720)			
Encargos sociais		(2.346)		(1.890)			
Assistência social		(2.082)		(1.612)			
Outras despesas com pessoal		(426)		(327)			
d - Despesas com serviços de terceiros							
Manutenção de software		(4.195)		(3.450)			
Outros		(1.385)		(947)			
e - Despesas com localização e funcionamento							
Amortização/Depreciação		(1.161)		(1.018)			
Viagens		(381)		(380)			
Malotes		(216)		(176)			
Outros		(127)		(165)			
		(437)		(297)			
f - Despesas com tributos							
PIS e COFINS sobre operações de capitalização		(13.203)		(12.669)			
Taxa de fiscalização		(12.779)		(12.240)			
Outros		(386)		(334)			
		(38)		(95)			
g - Resultado Financeiro							
Receitas financeiras		17.117		16.111			
Renda fixa		20.409		19.721			
Outras receitas financeiras		17.742		18.294			
Despesas financeiras		2.667		1.427			
Provisões técnicas de capitalização		(3.292)		(3.610)			
Provisões civis e trabalhistas		(2.775)		(3.289)			
Outras despesas financeiras		(113)		(107)			
		(404)		(214)			
h - Ganhos ou perdas com ativos não correntes							
Outras operações		(150)		313			
Constituição/Reversão de redução ao valor recuperável		(5)		251			
		(145)		62			
21. Imposto de Renda e Contribuição Social							
O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:							
		2024		2023			
IRPJ		19.883		22.668		22.668	
CSLL		19.883		22.668		22.668	
Resultado antes do IRPJ/CSLL		1.994		2.178		316	
Adições permanentes		1.994		2.178		316	
Outras adições permanentes		1.994		2.178		316	
Adições temporárias		58.752		58.752		25.595	
Provisão de despesas operacionais		58.752		58.752		25.595	
Redução ao valor recuperável		7.324		7.324		6.305	
Outras adições temporárias		1.087		2.302		1.964	
Exclusões permanentes		(4.961)		(4.961)		(4.308)	
Juros sobre capital próprio		(4.961)		(4.961)		(4.308)	
Exclusões temporárias		(497)		-		(804)	
Provisão de despesas operacionais		(497)		-		(804)	
Outras exclusões temporárias		(497)		-		(804)	
Lucro real		28.608		27.243		31.016	
Aliquota nominal (a)		-		15%		25%	
Impostos às alíquotas pela legislação vigente		7.127		4.086		7.730	
Incentivos fiscais (b)		(111)		-		(195)	
Impostos devidos		7.016		4.086		7.535	
Impostos apresentados na demonstração do resultado		(3.969)		(2.280)		(4.714)	
Imposto corrente		(7.016)		(4.086)		(7.535)	
Imposto diferido		3.047		1.806		2.821	
Alíquota efetiva		19,96%		11,47%		20,80%	
		12,02%		12,02%		12,02%	
(a) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre a base tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês).							
(b) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Sociedade aderiu aos seguintes programas:							
• Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021;							
• Programa de Incentivo ao Esporte, instituído pela Lei nº 11.438/2006;							
• Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) - instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021.							

CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

• Lei de Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica (Lei do Bem), instituída pela Lei nº 11.196/2005 e regulamentada pelo Decreto 5.798/2006.

22. Transações com partes relacionadas

A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Passivo		Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (a) (b) (c) (d)	3.186	1.177	4.198	4.054	5.403	4.642
Capemisa Holding S.A. (d)	11	2	-	-	-	-
Remunerações do pessoal-chave da Administração (e)	-	-	-	-	3.957	3.712

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora. Os valores relativos ao direito de resgate pela compra de títulos de capitalização são registrados no ativo na rubrica de Títulos e créditos a receber da Seguradora.

(b) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas.

(c) Compra de seguros de vida em grupo da Capemisa Seguradora, com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capemisa Capitalização.

(d) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP).

(e) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

23. Outras informações: 23.1. Seguros:

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantém apólices de seguros D&O (Directors & Officers) com vigência de 12 meses.

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf Diretor	Marco Aurelio Nicoletti Diretor	Jorge de Souza Andrade Diretor-Presidente	Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho Diretor	Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto Diretora
Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes Contadora - CRC - RJ 93.879/O-2				Anna Paula Nardi de Almeida Atuário - MIBA Nº 660

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Capemisa Capitalização S.A. - Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização S.A. (a seguir denominada "Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Capemisa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade

desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2025.
Eder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Sede Própria: Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/R.S.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao

longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025



Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ 071138/O-5

